



**XXXIII SIC** SALÃO INICIAÇÃO CIENTÍFICA

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2021: SIC - XXXIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2021
<b>Local</b>	Virtual
<b>Título</b>	Acesso ao sistema de saúde entre mulheres transexuais e travestis: uma perspectiva da cidade de Porto Alegre
<b>Autor</b>	MATEUS ESPÍNDOLA DE MORAES
<b>Orientador</b>	DANIELA RIVA KNAUTH

## **Acesso ao sistema de saúde entre mulheres transexuais e travestis: uma perspectiva da cidade de Porto Alegre**

Aluno: Mateus Espíndola de Moraes

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daniela Riva Knauth

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Introdução:** a população de mulheres transexuais e travestis, historicamente, tem menos acesso à rede de saúde pública, menor escolaridade, menor renda e menor expectativa de vida em relação à população geral. **Justificativa:** é recomendado, pelo Ministério da Saúde, em portaria de 2004, um mínimo de 2 a 3 consultas médicas ao ano por habitante, considerado como o desejável para a população brasileira. **Objetivos:** avaliar o acesso ao sistema de saúde entre mulheres transexuais e travestis e possibilitar um maior conhecimento sobre as características gerais deste grupo. **Metodologia:** inquérito visando a prevalência de infecções sexualmente transmissíveis (IST) em cinco capitais brasileiras com desenho amostral do tipo RDS (*Respondent-Driven Sampling*), uma variante das amostragens em cadeia, utilizada em grupos de difícil acesso, na qual membros desta população são responsáveis por recrutar seus pares e assim consecutivamente. **Resultados:** foram recrutadas 195 participantes que moravam, trabalhavam ou estudavam na cidade de Porto Alegre. Dentre as participantes 71,2% se reconhecem como mulheres transexuais e 25,1% como travestis. A idade média do grupo foi de 32,8 anos, 19,8% tinham ensino superior completo ou incompleto e 32,8% moravam em casa ou apartamento próprio ou da família. Em termos de emprego, apenas 8,9% das participantes estavam empregadas formalmente e 19,9% eram profissionais do sexo. Quanto à renda, 68,8% recebiam até R\$ 1779,00 por mês. No que se refere ao acesso aos serviços de saúde, 87,5% das participantes não possuíam plano de saúde privado e 78,6% haviam consultado um médico ou outro profissional da saúde nos últimos 12 meses. A identidade de gênero se apresentou como um problema para acessar os serviços de saúde para 12,1% das entrevistadas e 35,1% disseram que os serviços sanitários não atendem às suas necessidades específicas enquanto pessoa transgênero.